



Nº PROC.: 150451/2022
ATA: 1
SUBRICA: 09

Nova Friburgo, 13 de junho de 2022.

A Procuradoria Geral do Município
Ilm.º Srº João Paulo Figueiró dos Santos

Prezado Procurador,

Cumprimos o cordialmente, em relação a solicitação em tela feita pela empresa DISTRIBUIDORA PLAMAX EIRELI, insta esclarecer o que segue:

Considerando os princípios da razoabilidade e da isonomia, garantindo a segurança jurídica do certame, visto que o prazo fixado pelo edital é exíguo e dificulta a ampla concorrência;

Optamos pela ALTERAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA de 10 (dez) dias úteis para **30 (trinta) dias corridos** a contar do recebimento da nota de empenho.

Diante do exposto, solicitamos parecer técnico jurídico desta Procuradoria, a cerca da legalidade deste.

Atenciosamente,

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística
Matrícula: 062.775



NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 15045

DATA 2016 1 02

Folhas Nº 70 Rubrica 9

Processo: 15045/2022

Requerente: Distribuidora Plamax Eireli

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 084 de 2022 - Processo Licitatório n. 2992/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 09/06/2022 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 084 de 2022 - Processo Licitatório n. 2992/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de ferramentas para atender as necessidades das Secretarias, Subprefeituras, Fundação e Administrações.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 15 de junho de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista a exigência de entrega do material no prazo de 10 (dez) dias, cujo prazo é exíguo e restringe o universo dos licitantes, privilegiando os fornecedores locais, requerendo a modificação do prazo para 30 (trinta) dias.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 07/08, recebeu a impugnação, afirmando estarem preenchidos os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, encaminhou o procedimento à Secretaria de Infraestrutura e Logística para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do que dispõe o edital.

As fls. 09 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, acolhendo a impugnação para alteração do prazo de entrega para 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho, "considerando os princípios da razoabilidade e da isonomia, garantindo a segurança jurídica do certame, visto que o prazo fixado pelo edital é exíguo e dificulta a ampla concorrência".

Por fim, o procedimento foi encaminhado a esta Procuradoria-Geral solicitando parecer jurídico acerca da legalidade.

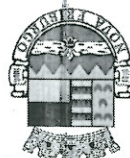
E o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 09/06/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 30.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 20/06/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Inicialmente, verifica-se que não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório, mas tão somente quanto à exigência técnica referente ao prazo de entrega dos itens licitados.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.



Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria de Infraestrutura e Logística sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Além disso, conforme previsto nos itens 30.2 e 30.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Verifica-se que a Secretaria de Infraestrutura e Logística, às fls. 09, respondeu a impugnação, acolhendo a alteração do prazo para entrega dos itens para 30 (trinta) dias corridos.

Portanto, tendo sido acolhida a impugnação pela secretaria requisitante, sendo de sua expertise a definição do melhor prazo de entrega que se adequa às necessidades da Administração Municipal, não cabe a esta especializada jurídica qualquer análise.

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e prosseguimento do certame, com a alteração do edital acatada pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, na forma da decisão de fls. 09, devendo ser definida e publicada nova data para realização do certame, na forma do art. 24, § 3º do Decreto n. 10.024/2019.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou organizacional, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo eliminariamente.

Nova Friburgo, 15 de junho de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

